



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS**

CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

(Criado pela Lei Complementar nº 647 de 14 de novembro de 2012 e reestruturado pela Lei Complementar nº 830 de 05 de julho de 2016)

**1 ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DE IGUALDADE
2 RACIAL DO ESPÍRITO SANTO - CEPİR**

3 Ao 16º (décimo sexto) dia do mês de março de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 14 (quatorze) horas, na
4 Plataforma Zoom, reuniram-se os membros e convidado do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade
5 Racial do Espírito Santo – CEPİR. **Presentes:** **PODER PÚBLICO:** Elizangela Souza dos Santos - **SEDH**, Rita
6 de Cássia Dias Corrêa Littig - **SESA**, Paulo Henrique Santos de Moraes - **SESP**, Ipojuca José Oliveira Dias de
7 Almeida - **SESA**, Clerismar Lyrio - **SETADES**, Valquíria Santos Silva – **SEDU**. **SOCIEDADE CIVIL:** Wellington
8 Barros Nascimento - **UNEGRO**, Lucilene de Oliveira Souza – **CIGANA “Zacimba Gaba”**, Fátima Tolentino da
9 Silva – **MMU**, Kris Pimentel – **MULTIPLICAÇÃO**, Marcos Roberto Alves Correa - **Federação Espírito**
10 **Santense de Cultura e Povos Tradicionais de Matriz Africana**, Arilson Ventura - “**Zacimba Gaba**”, Kelly –
11 **Secretaria de Assistência**. **Justificaram ausência:** Edineia Conceição de Oliveira – **SEDH**; Marianne Malini -
12 **SECULT**, Darlete Gomes Nascimento - **SEDU**, Elissangela Gonçalves Ferreira – **MULTIPLICAÇÃO**.
13 **Convidados:** Moacir Alves (representante Conselheira Iryni Lopes). **Ordem do dia:** **1 – Leitura e Aprovação**
14 **da Ata de Dezembro; 2 – Conferências; 3 – Planejamento CEPİR; 4 - Substituição de Conselheiros Faltosos; 5**
15 **– Informes**. A Presidenta abre a Plenária desejando boas vindas a todos e logo explica que essa reunião é
16 extraordinária, pelo fato de que no dia regimental previsto (**1ª quarta-feira do mês**), não houve quórum e
17 ressalta que a interrupção das reuniões neste início de ano, foi devido as Conferências Municipais,
18 Intermunicipais e Livres em decorrência da **V Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial**.
19 **Ponto de pauta 1. Aprovação da Ata de Dezembro:** A Ata é lida e aprovada por unanimidade. **Ponto de pauta**
20 **2. Conferências:** O Conselheiro Marcos questiona quanto à composição da Comissão Organizadora da V
21 Conferência, pois foi informado que poderia compor e o mesmo tinha o entendimento que há limite. No entanto
22 surgiu a dúvida se é o Pleno ou a Comissão que autoriza essa adesão. A Fátima informa que a Comissão
23 Organizadora se originou do Pleno, mas como a Conferência tem por finalidade os povos tradicionais de matriz
24 africana, acha importante sua participação. A Elizangela informa ainda, que a composição dos membros da
25 Comissão Organizadora já foi publicada em Portaria, mas nada impede a participação, já que o Marcos se
26 coloca à disposição. Ele enfatiza que sua participação independe da publicação na Comissão, pois vê a
27 relevância das questões temáticas dos povos de matriz africana e gostaria de apresentar os dados a nível
28 Brasil na Conferência. A Fátima informa que o Pleno aprovou a Conferência mediante a chamada do Governo
29 Federal e traz à lembrança as dificuldades iniciais, levando em consideração que os trabalhos iniciais
30 ocorreram no fim de ano, onde a maioria estava ou entraria de férias, além disso, ainda havia os problemas da
31 Pandemia do Novo Corona Vírus, no entanto essa Comissão com o apoio de alguns que mesmo não fazendo
32 parte dela, adentraram o ano sem pausas. Com isso, quase 40 Municípios realizaram suas Conferências. Ela
33 frisa a importância da participação dos componentes desde Conselho, tanto os Titulares quanto os Suplentes,
34 em sua totalidade, representantes do Poder Público e Sociedade Civil para o fortalecimento desta Conferência.
35 A Fátima ainda pontua a participação dos componentes das Comissões de Articulação e Metodologia para o
36 desdobramento das atividades. O Arilson enfatiza que a proposta desta Conferência de Igualdade Racial tem
37 sido alcançada pela Comissão Organizadora e ressalta a grande participação inédita do quantitativo dos
38 Municípios. Ele ainda frisa a percepção do entendimento destes, da necessidade ampla de discussão dos
39 Processos da Igualdade Racial no Espírito Santo e pontua que nas Conferências anteriores, apenas dois (02)



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS

CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

(Criado pela Lei Complementar nº 647 de 14 de novembro de 2012 e reestruturado pela Lei Complementar nº 830 de 05 de julho de 2016)

40 Municípios da Região do Caparaó aderiram, diferentemente da atual onde houve a participação de onze (11)
41 Municípios. Da mesma forma ocorreu na Região Central Serrana, onde apenas um (01) Município participava e
42 agora seis (06) participaram. Ele frisa que diversos Municípios que nunca participaram das Conferências de
43 Igualdade Racial, estiveram presentes na atual e finaliza agradecendo em nome da Coordenação Estadual dos
44 Quilombolas à todos os envolvidos na organização. O Marcos também agradece pelo respeito que está tendo
45 esta Comissão com os Povos Tradicionais de Matriz Africana. O Wellington ressalta a importância do papel dos
46 Líderes nas articulações do Poder Público e Sociedade Civil com as Conferências Municipais. Ele ainda cita a
47 necessidade de retorno da Secretaria de Segurança no que tange as temáticas em questão nos relatórios e ao
48 Racismo Institucional, pois percebe a negativa na solicitação de agenda da parte dessa Secretaria com
49 representantes da Sociedade Civil. Ele também frisa sobre a participação do Bispo na Conferência em
50 Marataízes, onde o mesmo cita o respeito à liberdade religiosa e o Wellington vê que essa é uma relação que
51 este Conselho deve ter para a desconstrução do preconceito. Wellington também pontua o comprometimento e
52 a receptividade de alguns gestores públicos na Conferência do Município de Alegre e Dores do Rio Preto,
53 entretanto viu pouca participação dos Prefeitos nas Conferências. Ele ainda ressalta a importância do papel da
54 Secretaria de Direitos Humanos, na pessoa da Gerência de Políticas de Igualdade Racial, na organização dos
55 recursos financeiros para as diárias desta Comissão, bem como na logística dos transportes. A Fátima frisa a
56 carência no Estado, de políticas de igualdade racial principalmente nos Municípios onde não há os Organismos
57 PIR, pois dos setenta e oito (78) Municípios apenas cinco (05) têm esses Organismos. Ela ainda ressalta que
58 durante as Conferências, houve um maior acolhimento apenas das Secretarias de Assistências, quando na
59 verdade qualquer Secretaria poderia ter provocado até mesmo em parcerias, como ocorreu no Município de
60 Montanha, onde houve a articulação entre a Secretaria de Assistência e a Secretaria de Cultura. Ela informa
61 que as propostas das Conferências serão compiladas nos relatórios e ainda informa ao Paulo, que como as
62 temáticas eram referentes às políticas públicas ou a falta delas nos territórios dos povos de matrizes africanas,
63 houve muitas questões que tangeram à segurança pública. Já em relação à solicitação de reunião mencionada
64 pelo Wellington, ela informa que a Secretaria de Segurança Pública e a Secretaria de Direitos Humanos estão
65 com dificuldade em conciliar suas agendas, entretanto frisa a necessidade do mesmo atendimento por parte do
66 Governo Estadual, pois a segurança pública é uma queixa comum da sociedade civil, das comunidades
67 tradicionais e comunidade Quilombola, no que tange as políticas públicas. Em resposta ao que tange a
68 Secretaria de Segurança, o Paulo frisa que nunca houve essa negativa para agendamento. Ressalta que a
69 Secretaria passou por reestruturação institucional e com a mudança do Subsecretário houve também a
70 mudança de outros cargos abaixo na hierarquia, isso também causou o atraso no retorno da solicitação.
71 Explica que a solicitação de reunião da SESP com a participação da SEDH, na pessoa da Secretária Nara
72 Borgo, tem a dificuldade de coincidir, mas afirma que fez o contato com o gabinete da SEDH e está
73 aguardando o retorno do mesmo com a confirmação da agenda comum com os devidos gabinetes. A Fátima
74 frisa que há a necessidade de priorizar essa agenda, pois as pautas em foco são urgentes. O Paulo ressalta
75 que levando em consideração a dificuldade de coincidir as agendas das Secretarias, ele se compromete a
76 solicitar a agenda com o Subsecretário de Segurança Pública e fica assim deliberado esse encaminhamento. O
77 Marcos traz a informação que foi lançado o SIMOPE - Sistema de Monitoramento de Políticas Étnico-Raciais
78 (site: <https://simope.mdh.gov.br/>) onde reúne dados e indicadores que possibilitam a análise e o monitoramento



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS

CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

(Criado pela Lei Complementar nº 647 de 14 de novembro de 2012 e reestruturado pela Lei Complementar nº 830 de 05 de julho de 2016)

79 das políticas públicas que incidem sobre a população negra e sobre os povos e comunidades tradicionais,
80 dividido por mapas regionais. Entretanto, segundo ele há uma pesquisa do CAD-ÚNICO neste site referente ao
81 Espírito Santo, que informa que no Estado existem somente sessenta (60) Famílias de Povos Tradicionais,
82 contraditoriamente à realidade, pois só de espaço de povos tradicionais existem mais de duzentos (200), com
83 no mínimo dez (10) pessoas ou vinte (20) famílias. Dessa forma, o Marcos solicita que haja uma discussão
84 deste Conselho sobre essa questão com o CAD-ÚNICO. A Fátima informa que o Conselho irá agendar reunião
85 com a Kelly, Secretária de Assistência e que como ela e a Edineia foram indicadas para compor o
86 Interconselhos, essa questão será uma das pautas que irão abordar. Em resposta ao exposto, a Kelly informa
87 **(no chat)** que irá ver essa questão. O Wellington indaga quanto à resposta do **OFÍCIO Nº 011/2022 – SII/SESP**,
88 referente às solicitações do **OFÍCIO Nº 029/CEPIR/SESP/2021**, no que tange às formações e solicita retorno
89 com maiores informações. Ele cita também outras questões de cunho da segurança pública que merecem
90 resposta da SESP a esse Conselho, o que justifica a necessidade da agenda com a participação da SEDH. A
91 Fátima sugere que seja solicitada em prioridade a reunião com as devidas Secretarias. O Marcos frisa que a
92 reunião em questão, seja com o Secretário de Segurança Pública e não com o Subsecretário, visando à
93 agilidade neste processo. A Valquíria pontua que a SEDU também respondeu ao ofício encaminhado pelo
94 CEPIR e que está à disposição, inclusive para apresentar o Programa de Enfrentamento ao Racismo nas
95 Escolas Estaduais que está em implementação, como uma das agendas do Governo. **Ponto de pauta 3.**
96 **Planejamento CEPIR:** A Fátima sugere uma Comissão para os trâmites de planejamento a curto, médio e longo
97 prazo, além da estruturação do Plano Estadual de Igualdade Racial, baseado na Minuta existente. A Elizangela
98 solicita que seja fixada data para discutir sobre a elaboração do Plano, levando em consideração que ele será
99 o documento norteador para elaboração de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial. Dessa forma
100 fica à disposição deliberadamente, juntamente com a Mesa Diretora, Marcos, Ipojucan, Kelly, Kris, e Wellington
101 para a Comissão de adequação do Plano Estadual de Igualdade Racial. **Ponto de pauta 4. Substituição de**
102 **Conselheiros Faltosos:** A Fátima informa que o calendário das reuniões deste Conselho foi aprovado em
103 dezembro, com todas as primeiras (1ª) quartas-feiras de cada mês, às catorze horas (14:00h) e foi solicitado
104 que os conselheiros titulares que não pudessem estar presentes, justificassem a ausência e que solicitassem
105 aos seus suplentes que comparecem, já que as reuniões ainda estão no formato virtual. Entretanto, não é o
106 que ocorreu e por falta de quórum na Reunião Ordinária, foi solicitada essa reunião extraordinária, pois sem o
107 quantitativo necessário regimentalmente, não há deliberações. Fica como encaminhamento o levantamento
108 dos (as) Conselheiros (as) faltosos (as) e envio para os Representantes da Poder Público e Sociedade Civil.
109 **Ponto de pauta 5. Informes:** A Elizangela informa que o CEPIR ainda não foi notificado oficialmente,
110 entretanto, sobre o adiamento da Conferência Nacional, ficou deliberado pelo adiamento para maio de
111 2023 na Reunião do CNPIR realizada em 10/03/2022. O Coordenador Geral de Conselhos, Dr. Helbert Pitorra,
112 está fazendo a retificação do Decreto e Regimento Interno e irá informar aos Gestores por meio de Ofício o
113 novo cronograma assim que a retificação for publicada no Diário Oficial da União. Ela informa inda que levando
114 em consideração o adiamento, o prazo inicial para realização das Conferências Estaduais era até sete (07) de
115 março, entretanto como não foi realizada, será necessário aguardar a liberação de novas datas para a
116 realização das Conferências Estaduais e Municipais. A Fátima informa que fica deliberado pelo Pleno para a
117 próxima Reunião Ordinária, a inclusão dos Pontos de Pautas solicitados pelo Marcos e os mesmos serão



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS
CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
(Criado pela Lei Complementar nº 647 de 14 de novembro de 2012 e reestruturado pela Lei Complementar nº 830 de 05 de julho de 2016)

118 enviados ao e-mail do CEPİR, como forma documental. Nada mais havendo a tratar, a Presidenta encerrou a
119 reunião às 16h14minutos. Eu, Vanderley Ramalhete Tongo, lavrei a ata, que após lida e aprovada pelos
120 Conselheiros, será assinada por mim e pela Presidenta.

121

122 Vitória/ES, 16 de março de 2022.

123

124 ***Fátima Tolentino da Silva***

125 Presidenta do CEPİR

126

127 ***Vanderley Ramalhete Tongo***

128 Secretário Executivo

ASSINATURAS (2)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

VANDERLEY RAMALHETE TONGO
ASSISTENTE GESTAO - DT
SEDH - SEDH - GOVES
assinado em 04/11/2022 16:55:07 -03:00

FATIMA TOLENTINO DA SILVA
CIDADÃO
assinado em 07/11/2022 10:49:27 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 07/11/2022 10:49:28 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por VANDERLEY RAMALHETE TONGO (ASSISTENTE GESTAO - DT - SEDH - SEDH - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2022-37LMND>